Ata da Segunda Reunião Ordinária do Quinto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Barras, da Sessão Legislativa de hum mil novecentos e noventa e seis. Aos treze dias do mês de maio do ano em curso, reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad", os vereadores: Evandro Castanheira Lacerda - Presidente, Eduardo Luis Morani - Vice-Presidente, Lafayette Luis Doorgal de Andrada - 1º Secretário, Álvaro Eustáquio Pedrosa - 2º Secretário, Nilson Teodoro de Carvalho - Tesoureiro, Hélio Haddad, Edson Alves de Abreu, João Batista de Resende, Ênnio Mendes de Siqueira, Daniel Costa, Luiz Augusto de Paula Lima, Sebastião dos Santos Vieira, Antônio Marcos Possato, Sebastião Carlos Torres e João Caetano Neto. Aberta a Sessão, a ata anterior foi lida e aprovada. Passando à próxima parte dos trabalhos, o Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: Da Firma Disk-Entulho, informando que já estão sendo providenciadas as pinturas das caçambas em cores fosforescentes, do Srs. Arthur Vincenzi e José Carlos Diniz, oferecendo Manual de Regimento Interno. Jornal do Renário; Ofício Circular 007/96 do Secretário Geral do Governador, enviando Extrato da Cota - Parte do ICMS relativo à março de 1996; Do Sr. João Batista Soares

DA SILVA, FAZENDO ESCLARECIMENTOS; OFÍCIOS 054 E 058 A 067/96 DA SEPLAN, FAZENDO INFORMAÇÕES; DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, ATENDENDO SOLICITAÇÃO E ENVIANDO RELATÓRIO, DOS VALORES PAGOS À FIRMA HERCON; DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, FAZENDO INFORMAÇÃO; CONVITE PARA A 1ª SEMANA DE ARTE E CULTURA NA FELA LINCA, NO PERÍODO DE 13/05 A 18/05/96; DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, EM RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 0549/96, ENVIANDO RELAÇÃO CONTENDO O NOME DE TODOS OS FUNCIONÁRIOS QUE DEIXARAM SEUS CARGOS PARA SE CANDIDATAR E O NOME DE SEUS SUBSTITUTOS. NENHUM PROJETO DEU ENTRADA NA CASA. Em seguida, o Presidente disse que a Câmara tinha a honra e o prazer de receber o grupo da Renovação Carismática para a discussão do Projeto de Lei que tramitava na Casa, de doação de um terreno à Associação Comunitária Católica GETSEMANI. Comunicou também sobre a presença do Sr. Luiz Gomide, diretor da Tribuna de Lavras, e demais funcionários; do Sr. José Passos de Carvalho e Sr. Edilson, da Folha Rio Grande; do Capitão PM Saraiva e Tenente PM Paulo, que vinham falar a respeito de um requerimento que foi enviado na semana anterior; e uma equipe de Belo Horizonte que iria falar sobre o Plano Diretor que estava sendo elaborado em Lavras. O Presidente disse que ele e os vereadores Eduardo Luis Marani, Marcos Possato e Edson Alves de Abreu e o Pe. Carlos Martinenghi estiveram com a Prefeita conversando sobre o que tinha sido falado na última reunião, à respeito das mudanças e providências que seriam tomadas para a manutenção e conservação do cemitério. Disse que a reunião havia sido muito produtiva e que as idéias de todos os vereadores foram consideradas. Depois o Presidente convidou o Capitão da PM Saraiva e o Tenente da PM Paulo para fazerem parte dos trabalhos da Mesa. Com a palavra, o

vereador Marcos Possato pediu que o Presidente fizesse a leitura do Projeto de sua autoria, que "Regulamenta o Art. 182 da Lei Orgânica do Município, que institui no Ensino de 1º Grau das Escolas Publicas do Município de Lavras a Matéria "Noções das Normas de Trânsito," para que as pessoas ali presentes se inteirassem do assunto. O Secretário leu o Projeto e em seguido, o Capitão Saraiva, com a palavra, cumprimentou a todos e disse que prestaria alguns esclarecimentos à respeito do Projeto. Disse que tinha em mãos uma resolução datada de 73, de nº 166, que determinava a inclusão de estudo para o trânsito na matéria de Estudos Sociais e não na matéria de Moral e Cívica, nos ensinos de 1º grau. Passou a palavra ao Tenente Paulo para que fizesse algumas explanações. Com a palavra, o Tenente Paulo cumprimentou a todos e disse que gostaria de manifestar a sua satisfação em estar pela primeira vez naquele Plenário, para tratar de um assunto de suma importância, que era o trânsito. Parabenizou a iniciativa do vereador Marcos Possato, no sentido de despertar a comunidade de Lavras e no sentido de promover aquele envolvimento social, no que dizia respeito à sistemática de trânsito. Disse que a criança teria enfrentar um trânsito no futuro, pior do que todos enfrentavam na atualidade, que no futuro haveriam carros mais possantes, as vias estariam piores e aquela sistemática iria recair muito sobre a criança, daí a importância do Projeto. Disse que tinham de analisar, e que a função deles ali era de assessoramento, para que a Casa pudesse ter uma decisão concreta, coesa e que realmente pudesse fecundar em benefícios para Lavras e para as crianças. Disse que tinha em suas mãos um documento feito pelo Ministro da Jus-

tiça com o nome: "O Trânsito no Brasil". Disse que o Ministro da Justiça reuniu em Brasília no ano de 1994 representantes dos mais diversos órgãos e entidades relacionados com o trânsito, dentre eles a Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, representantes de Empresas Seguradoras, Ministro da Educação e Cultura, e dali foram feitos vários debates com várias perspectivas sobre a situação do Trânsito. Falou sobre alguns pontos: no que tange a educação para o trânsito, disse que estava escrito no documento expedido pelo Ministério da Justiça, que "cuidado deveria ter sobre a tese de se criar uma disciplina de Educação para o trânsito, em vista das frustrantes experiências da disciplina de Moral e Cívica, porque nem sempre os profissionais técnicos que atuavam na área possuiam a necessária formação pedagógica para o ensino escolar, além de que uma disciplina imposta para a comunidade educacional." Dizia também que "o caminho mais prático com resultado para fazer educação para o trânsito nas escolas, vinha sendo aquele desenvolvido através daqueles em parceria entre os órgãos de trânsito e os de educação." Finalmente, disse que o documento abordava o seguinte: "Embora já existam muitas escolinhas de trânsito funcionando junto a órgãos públicos, outras deviam ser criadas sempre na participação da iniciativa privada e com um amplo programa de integração da comunidade." Ressaltou também que não se poderia jogar a responsabilidade do trânsito para a escola, muito pelo contrário, a escola era um começo e era um ponto de partida, mas não se podia analizar tão somente o lado da escola. O Tenente Paulo passou o documento para as mãos do Pre-

sidente, para assessoramento da Câmara e disse que naquele contexto haveria de se desenvolver também uma visão mais abrangente, envolvendo também motoristas. Falou de uma abordagem feita pelo MEC naquele documento, que dizia: "as escolas vêm desenvolvendo, e bem, a educação para o trânsito, mas se trilharmos o caminho da imposição, haverá deseducação para o trânsito." O Tenente Paulo disse que além da disciplina de trânsito nas escolas, ou campanhas que poderiam vir a ser desencadeadas a partir de um Projeto da Câmara, o 8º Batalhão estava empenhado em construir nas suas dependências, uma "Transitolândia", que era uma cidade mirim, que repassaria para a criança o que era o trânsito comum. Disse que era uma experiência com muito sucesso, na cidade de Belo Horizonte. O Tenente entregou também ao Presidente, vários documentos de campanhas feitas, para que ajudassem na decisão da Câmara. Disse que o Rotary Clube e a Prefeitura estavam empenhados em ajudá-los na construção da Transitolândia e que com a iniciativa da Câmara estava se abrindo um novo caminho. Disse que o adolescente não pensava como uma criança e também precisava ser educado para o trânsito; o adulto também precisava ter aquela educação porque, caso contrário, ele estaria deseducando a criança, que estaria vendo o comportamento do adulto. Disse que naquele documento havia um auto de infração simbólica em que a criança notificava o pai, no sentido de forçá-lo para a consciência do trânsito. Disse que acreditava que com a construção da Transitolândia estaria aberto um caminho para a educação do Trânsito para as crianças, em Barras, e com a iniciativa da Câmara eles poderiam, então, abrir as por-

tas do Batalhão para que as escolas tivessem ampla liberdade de estabelecer um programa anual de visitas ao Batalhão e fazer ali um aprendizado sistemático da disciplina de Educação para o Trânsito. Se comprometeu em remeter para a Câmara ou para quem se interessasse as palestras modelo para crianças, adolescentes e adultos. Disse que existia o trinômio do trânsito, que era a engenharia, construção de vias, de rodovias, que tinham que obedecer a parâmetros técnicos, o esforço legal onde estavam as leis que regiam o trânsito propriamente dito, e a Educação. Disse que louvava a iniciativa da Câmara e se colocou à disposição para qualquer esclarecimento ou qualquer outro argumento da Casa. Com a palavra, o vereador Marcos Possato disse que a sua intenção ao apresentar o Projeto era de dar início a uma campanha esclarecedora e, de alguma forma, fazer com que se tornasse lei. Disse que queria a participação de todos os vereadores, com emendas e sugestões, porque quanto mais completo, melhor. Agradeceu a presença do Capitão Sardiva e do Tenente Paulo, e adiantou aos dois que gostaria que futuramente eles retornassem à Casa para conversarem sobre o Projeto das bicicletas e que infelismente não estava sendo colocado em prática aqui em Lavras. O vereador Eduardo Luis Morani discordou do vereador Marcos Possato e disse que dentro das possibilidades, o Projeto do Trânsito das bicicletas estava sendo executado. O Presidente disse que mandaria uma comissão formada pelos vereadores Álvaro Eustáquio Pedrosa, Marcos Possato e Luiz Augusto de Paula Lima e acompanhando a comissão, o vereador Eduardo Luis Morani, para con-

versarem mais detalhadamente com o Capitão Saraiva e o Tenente Paulo. Depois, agradeceu-lhes pelas suas participações naquela reunião. O Capitão Saraiva agradeceu-lhe se colocou à disposição, dizendo que o Batalhão também tinha pessoal especializado em tóxicos e outros assuntos também de interesse da comunidade.

Em seguida, o Presidente convidou o Sr. Luiz Gomide, diretor da Tribuna de Lavras, para fazer parte dos trabalhos da Mesa. Com a palavra, o Sr. Luiz Gomide cumprimentou a todos e disse que ali estava, usando aquela Tribuna livre e democrática, provocado que foi por uma denúncia enviada aos Srs. vereadores pelo Sr. José Passos de Carvalho, acusando-lhe de deslizes cometidos na administração passada, quando teria cobrado da Prefeitura Municipal de Lavras, em 1992, três faturas referentes a uma mesma publicação que foi feita na época, e que ali estava para que pudesse demonstrar aos Srs. vereadores que as faturas correspondiam àquela publicação, que em palavra jornalística representava 516 cm de coluna, que eram sete colunas daquela página, com 43 cm de comprimento e mais cinco colunas de uma segunda página. Se multiplicassem 12 colunas por 43 cm de coluna, encontrariam os 516 cm de coluna. Disse que eles fizeram três faturas, na ocasião, por solicitação da Prefeitura, num total de 172 cm de coluna cada um. Disse que multiplicadas as três faturas ou 172 cm de coluna, seria encontrado exatamente os 516 cm de coluna que haviam publicado ali. Disse que os erros gravíssimos "levantados pelo Sr. José Passos de Carvalho" quanto às publicações feitas no jornal Tribuna de Lavras, ao tempo da Administração João Batista, não passavam, evidente

mente de imaginação fértil do jornalista José Passos de Carvalho que atribui a possíveis trambiques que teriam acontecido no jornal Tribuna de Lavras, que por princípios doutrinários não se metia em maracutaias e, à elas, abominava. O Sr. Luis Gomide disse que o jornal Tribuna de Lavras publicou matérias pagas, solicitadas pela Prefeitura, sem que aquelas pedisse, como era normal no jornal até a presente data, principalmente em se tratando de publicidade de Poder Público, era uma coisa que eles não pediam, não solicitavam e muito menos suplicavam. Disse que na mesma época, a Prefeitura publicava matérias pagas também em outros jornais locais, como a Gazeta, Folha Rio Grande e uma prova inconteste de que a Administração não discriminava nenhum deles, era aquela. Disse que as notícias e comentários feitas pelo seu jornal e que, de alguma forma, aborreceram o Sr. José Passos de Carvalho, foram referentes a uma auditoria realizada pela Cruz Vermelha, em que o cidadão era presidente, e que caracterizava falsidade ideológica, se cometessem, passível de crime. Daí a ira do Sr. José Passos de Carvalho que se sentiu acuado. Disse que o documento existia e que era fato concreto, inclusive poderia mostrar uma ação que corria na 6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, que citava aquela auditoria e a Ação foi impetrada pela Cruz Vermelha Brasileira, filial de Minas Gerais. Disse que por tudo aquilo, existiam Ações que tramitavam na justiça local e uma prestação de contas que estava na 6ª Vara Cível de Belo Horizonte. Disse que estava tendo o cuidado de fazer aquelas narrativas com pormenores, porque, à primeira vista, por aqueles documentos remetidos

a cada um dos vereadores pelo Sr. José Passos de Carvalho, eles eram ladrões, e o ex-Prefeito João Batista, também. Disse que o fato que aconteceu foi gravíssimo e ele não podia silenciar sem levar os esclarecimentos aos vereadores, sob pena das denúncias serem verdadeiras. Disse que na Ação que tramitava em Belo Horizonte falava-se de "colarinho branco", desvios de 16 milhões de dólares, além do crime de formação de quadrilhas. Disse que não havia necessidade que os vereadores acreditassem nele, que os Processos eram de domínio público, e era função e obrigação da imprensa informar aos seus leitores acontecimentos de bastidores que envolvem interesses públicos e é o que eles faziam no Jornal Tribuna de Lavras, independentemente de tempestades que pudessem cair, como aquela. Disse que o Sr. José Passos de Carvalho afirmou que: "Luiz Gomide é temido", o que ele não concordava. Disse que ele era respeitado pela sua formação moral, herdada de seu pai, simples ferroviário, demonstrada ao longo de seus quase 67 anos de vida. Disse que as faturas do jornal Tribuna de Lavras, que os vereadores tinham cópia, através da correspondência que o Sr. José Passos havia mandado, anexadas às correspondências, com denúncias de que se tratavam de duplicatas e trambiques perpetrados por sua pessoa, não passou de reação de alguém acuado, que não pesquizou a origem do débito cobrado pela Prefeitura. Disse que faltou cuidado aos analistas daquelas faturas, para assacar contra a sua honra, de sua pessoa e da instituição que dirigia. Disse que eram cinco as faturas anexadas àquelas correspondências: uma fatura que se referia à reforma de uma assinatura do jornal Tribuna de

Lavras, no valor de vinte mil cruzeiros. Disse que os números impressionavam, em comparação com o atual "real". Convertido aquele valor em cruzeiros para real, bastava dividir aquele valor por dois mil setecentos e cinquenta, que era o valor de conversão do cruzeiro antigo para o Real atual, encontraria-se R$ 7,27 e que uma assinatura atual do jornal, custava R$ 50,00; outra fatura de um milhão e trinta e dois mil cruzeiros, correspondia a 172 cm de coluna - um terço daquela publicação - de um total de 516 cm de coluna, publicados em página interna da Edição da Tribuna de Lavras, do dia 07/03/92. Aquele valor convertido para o real, correspondia a trezentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos; outra fatura, do mesmo valor, representou uma outra parcela, a segunda dos mesmos 172 cm de coluna; outra fatura, referente a mesma publicação, também com 172 cm de coluna, que somando às demais, correspondeu aos 516 cm de coluna que ali estavam, nas duas páginas, e que tinha uma régua, e se algum dos vereadores quisesse saber como era feita aquela medida, ela estava absolutamente correta. Disse que uma fatura correspondente a uma chamada de primeira página, de 36 cm de coluna, no valor de 648 mil cruzeiros, a fatura da assinatura vinte mil cruzeiros e a primeira parcela de um milhão e trinta e dois mil cruzeiros, dava um total de um milhão e setecentos mil cruzeiros, que correspondia àquelas faturas apontadas para os vereadores e pedido de empenho feito pela Prefeitura, demonstrando a solicitação do empenho de um milhão e setecentos mil cruzeiros, que estavam anexadas aos documentos. As duas faturas res-

tantes, de um milhão e trinta e dois mil cruzeiros, foram pagas, como podia ser averiguado pelas cópias, no dia 09/07/92, ou seja, cinco meses depois da publicação, e com uma inflação que rodava na época, à 40% ao mês. O parcelamento daquele pagamento foi solicitado pela Prefeitura, na época. Em março de 1992, a sua tabela de preços correspondente à primeira página era de oito mil cruzeiros o centímetro de coluna, e uma coluna que valia atualmente R$ 6,54. Disse que naquela data, o jornal cobrava por publicações na primeira página, R$ 5,00. O preço de centímetro de coluna para primeira página era de seis mil cruzeiros, o equivalente hoje, a R$ 2,18. Para uma publicação de 516 cm de coluna, foi cobrado da Prefeitura Municipal de Lavras, em 1992, cujo pagamento foi parcelado, um total de três milhões e trezentos e seis mil cruzeiros. Fazendo uma conversão, daria R$ 3.096,00. Disse que tinha ali, como exemplo, um encarte que saía na época, e que ainda sai, atualmente, da Brasimac: uma televisão de vinte polegadas custava, à prazo, três milhões, novecentos e setenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros. Valor muito superior cobrado, naquela época, da Prefeitura. Disse que o Sr. José Passos de Carvalho e sua assessoria, quiseram jogar com aqueles números impressionantes da época, para impressionar, principalmente, os senhores vereadores, aos quais solicitava empenhadamente a máxima atenção, porque uma coisa que ele nunca fez na Tribuna de Lavras, nos quase 29 anos do jornal, foi trambique. Disse que no período de 1º Abril de 1995 a 30/06/95, o Sr. José Passos de Carvalho recebeu da Prefeitura, para o seu jornal, R$ 5.905,50 que fazendo uma conversão ao contrário, equivalia em 1992,

a dezesseis milhões, duzentos e quarenta mil e cento e vinte e cinco cruzeiros, num total de cinco milhões, quatrocentos e treze mil e trezentos e setenta e cinco cruzeiros, por mês. Disse que o denunciante havia dito em sua correspondência que ele superfaturou. Perguntou quem poderia estar superfaturando. Disse que, por coincidência, um cliente havia procurado a Tribuna de Lavras naquele dia, para fazer uma publicação, mas disse que ele havia procurado antes, para fazer a mesma publicação, a Folha Rio grande. Disse que o cliente havia feito quatro publicações que ainda iriam sair em quatro edições subsequentes do jornal de 24 cm de coluna, que dava um total de 96 cm de coluna, página inteira, a R$ 0,26. Por aquela publicação feita pela Prefeitura, no dia 14/05/95, a Folha Rio grande havia recebido R$ 1.640,00, que dividido por aqueles R$ 0,26, dava mais de 6.000 cm de coluna, o equivalente a 21 páginas do jornal Tribuna de Lavras, e o jornal Folha Rio grande equiparava-se à Tribuna de Lavras, no tamanho. O Sr. Luiz Gomide disse que se pegassem a prestação de contas com a publicidade da Prefeitura no período de 01/04/95 a 30/06/95, achariam uma publicação na Folha do Rio grande do dia 13/05/95, no valor de R$ 1.690,00, o que daria, ao preço atual, 6.307 cm de coluna, ou seja, mais de 21 páginas do jornal. Disse que então perguntava, por via de consequência, quem superfaturava. Disse que o cálculo que havia feito ali, em função daquela publicação, dava que um anúncio não passava de uma página e quando alguém fazia uma edição especial, a edição poderia ter mais de uma página, que geralmente era cobrada a multiplicação das pá-

ginas, evidentemente gastas, mas naquele caso, se pegas sem 300 cm de coluna, que era o tamanho da página do jornal Tribuna de Barras e que acreditava ser também, mais ou menos o tamanho da Folha Rio Grande, encontrariam o preço do centímetro de coluna, em torno de R$ 5,47; enquanto a Folha Rio Grande cobrava do cidadão comum, do comércio local, R$0,26. Disse que tinha dois pesos e duas medidas: para o comerciante, era R$0,26 o centímetro de coluna, mas para a Prefeitura era R$ 5,47. Disse que era sua dedução, porque ele não tinha um exemplar que havia publicado a matéria, mas a Prefeitura deveria ter, e os vereadores poderiam averiguar aquilo com muito mais tranquilidade. Disse que ignorava quais eram os negócios que eram feitos entre a Prefeitura e o jornal do Sr. José Passos de Carvalho, pois não tinha acesso à documentos privativos da Prefeitura, como teve o jornalista José Passos de Carvalho, por motivos óbvios. Disse que naquele particular era bom lembrar que tais documentos constavam da contabilidade da Prefeitura Municipal de Barras, e a presteza que tais documentos foram entregues à Folha Rio Grande, para livipendiar o jornal concorrente, e que ele concordava plenamente, não era do gosto da Administração Municipal, e ele nada podia fazer, pois o jornal tinha a sua posição e a sua conduta, mas aquela presteza seria a mesma emprestada à P. Exas., principalmente quando solicitavam esclarecimentos à Prefeitura? Quanto as demais alcivosias do Sr. José Passos de Carvalho, seriam objetos, ainda aquela semana, de uma Ação Criminal contra ele, no Forum de Barras. Era o mínimo que podia fazer para defender sua dignidade pessoal e

o jornal que dirigia à quase 29 anos. O Sr. Luiz Gomide se dirigiu ao Presidente, aos vereadores e a todos do Plenário, e disse que tinha, inclusive, para corroborar, o porquê do Prefeito da época haver feito uma publicação na Tribuna de Lavras, sem concorrência: a Tribuna de Lavras tinha, na época, numa pesquisa à quatro anos atrás, 33%, a maior feita naquela época, e como podiam verificar, e não fugia à uma pesquisa recente feita aqui, que foi feita no final de março, a Tribuna de Lavras tinha 43,7%; Folha do Rio Grande, 3,8%; Tabloide, 1%, Hoje em Dia, 3%; Estado de Minas, 19,5%, Folha de São Paulo, 16,5% Estado de São Paulo, 2,4%. Disse então, que o Prefeito da época pretendeu dar um esclarecimento à população e aquela foi a sua preferência, pela Tribuna de Lavras, porque a pesquisa dava, naquela ocasião, 33%. E tudo, baseado numa conduta ética e moral do jornal, até que provem o contrário. Ética e Moral, é aquela ética e aquela moral, não tinha preço algum. Disse que não pretendia tomar mais o tempo, pois estava vendo que a agenda estava cheia, que poderia discorrer sobre mais pontos que demonstrariam a aleivosia do cidadão ao assacar contra um jornal que, honradamente, circulava na cidade à quase 29 anos, e aquele era o seu maior orgulho e não tinha preço. O Sr. Luiz Gomide agradeceu a oportunidade. O Presidente agradeceu a presença do Sr. Luiz Gomide e disse que a Câmara, ponderadamente, sempre que recebia qualquer documento, procurava ouvir todas as partes e analizá-las. Com a palavra, o vereador Luiz Augusto de Paula Lima lamentou o fato do Presidente do seu partido, Sr. João Batista, ter sido

acusado, e disse que era contra qualquer coisa colocada indevidamente. O vereador Milson Teodoro de Carvalho endossou as palavras do vereador Luiz Augusto de Paula Lima, que pediu que constasse em Ata o pronunciamento do Sr. Luiz Gomide e o seu. O Presidente concordou. O Sr. Luiz Gomide mostrou, encerrando, um Certificado de FGTS que, orgulhosamente, disse que ficava pendurado na parede da Tribuna de Lavras, certificado de regularidade com o FGTS, e da mesma forma, um Certificado de regularidade do INPS. Passando à próxima parte dos trabalhos, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário, os Projetos: (01) Projeto de Lei nº 014/96 (Autoria da Chefe do Executivo) - "Descaracteriza destinação de bem público imóvel para fins de doações à Associação Comunitária Católica GETSEMANI, e dá outras providências". Em primeira discussão e votação. Com a palavra, o vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que a Comissão composta por ele e os vereadores Luiz Augusto, Edson Alves de Abreu e Ênnio Mendes de Siqueira, estiveram à Sede da Comunidade e foram muito bem recebidos, e que eles sentiram de perto o trabalho que vinha sendo executado através daquelas pessoas, que realmente era um trabalho de auxílio aos carentes, aos desajustados e qualquer tipo de trabalho social. Disse que o trabalho era sério e, em nome da Comissão, ele dizia que a doação era mais do que justa. O vereador Milson Teodoro de Carvalho disse que tinha a certeza que os vereadores iriam aprovar, e que acompanhou de perto o trabalho e parabenizou a todos. O vereador Ênnio Mendes de Siqueira disse que a Asso

cação merecia a doação. O vereador João Caetano Neto disse que todos os vereadores deveriam aprovar, e que apesar dele pertencer a outra religião, era a favor, porque a melhor coisa que existia era a religião, era Deus. Disse que "a árvore era uma só e que os galhos é que eram diferentes." O vereador Eduardo Luiz Moraes falou sobre a seriedade e da responsabilidade de cada membro da Associação. O vereador Marcos Rossato falou da sua satisfação em ter amigos do grupo ali, e que era uma honra muito grande para ele, que ele sabia que o trabalho era feito para a comunidade e que como havia dito o vereador João Caetano Neto, a única forma de recorrer para o bem era através da religião, através de Deus. Por isto enalteceu o trabalho e disse que sabia que a construção iria ser uma luta muito grande, mas a própria Câmara e toda comunidade de Lavras estaria ao lado do grupo para que tudo acontecesse da melhor maneira possível. Então, o Secretário fez a chamada para a Votação Secreta. O Presidente convidou os vereadores Edson Alves de Abreu e Sebastião dos Santos Vieira para fazerem a apuração dos votos. Quinze vereadores votaram. Quinze a favor. O Projeto foi aprovado à unanimidade em primeira votação, passando para a Ordem do Dia da próxima reunião para segunda discussão e votação. (02) Projeto de Lei nº 008/96 (Autoria do Chefe do Executivo) - "Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóvel que menciona à Editora Gráfica Folha Rio Grande Ltda e dá outras providências". O Presidente convidou os vereadores João Batista de Rezende e Marcos Rossato para fazerem a contagem dos votos. Quinze vereadores votaram. Doze votaram a favor,

e três contra. O Projeto foi aprovado. (03) Veto parcial da Chefe do Executivo à Redação Final do Projeto de Lei nº 049/95, que "Cria o Conselho Municipal de Assistência Social." O Presidente pediu ao secretário que lesse o Parecer da Comissão Especial, formada pelos vereadores: Edson Alves de Abreu, Hélio Haddad e João Caetano Neto; que teve o seguinte teor: "Constitui objeto do Veto, o § único do Artigo 2º. Respeitada as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: ① Definir as prioridades da política de Assistência Social ② estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência - § único: as matérias a que se referem o inciso I e II desse artigo serão enviadas obrigatoriamente à Câmara Municipal para aprovação. O § único vetado pela Chefe do Executivo originou-se da Emenda apresentada, dentre outras, pelo vereador Luiz Augusto de Paula Lima, com o propósito de garantir a participação da Câmara nas deliberações relativas à Assistência Social. Pela Lei Federal 8742/93 que é a Lei Orgânica de Assistência Social, estão estabelecidas as competências dos Conselhos de Assistência Social, entre elas as matérias a que se referem o inciso I e II do Art. 2º. Pelo exposto, concluiu a Comissão que a matéria vetada é contrária ao interesse da nossa comunidade e portanto se posicionava a favor da manutenção do Veto." Com a palavra, o vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse que gostaria que constasse em Ata que a Comissão considerou que o "§ único do Artigo 2º" era contrário ao interesse da comunidade.

O vereador Hélio Haddad disse que respeitando a Lei Federal que dizia que o Conselho deveria ser paritário, a Comissão opinou e concluiu pela validade do Veto e a Casa poderia, oportunamente, fazer uma modificação na lei, colocando um membro da Casa como membro do Conselho, que era um órgão meramente consultivo e, digo, que após a deliberação do Conselho, um órgão não meramente consultivo, mas deliberativo, a decisão popular poderia ser alterada pela Casa. O vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse que a decisão popular era a Casa e não tinha nada de paritário. O vereador Hélio Haddad disse que a democracia era muito difícil de ser exercida, mas tinham que seguir as orientações das Leis Federais. O vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse que a Lei Federal não dizia que tinha que ser votado, dizia apenas que tinha que ser paritário. O Presidente colocou o Veto em votação secreta. O secretário explicou que quem votasse SIM era a favor do Veto e quem votasse NÃO era contra o Veto! Os vereadores Luiz Augusto de Paula Lima e Nilson Teodoro de Carvalho, não votaram. O Presidente convidou os vereadores Álvaro Eustáquio Pedrosa e Hélio Haddad para fazerem a apuração dos votos. Treze vereadores votaram: Nove SIM e quatro NÃO. O Veto foi mantido. (04) Projeto de Lei nº 196 (Autoria dos vereadores Ênnio Mendes de Siqueira e Marcos Possato) - "Torna obrigatória a utilização de destruidores de agulhas hipodérmicas nos locais que menciona." O Projeto, em primeira discussão e votação, foi aprovado e determinado para a ordem do dia da próxima reunião, para segunda discussão e votação. (05) Projeto

de Lei nº 016/96 (Autoria da Chefe do Executivo) - Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1997 e dá outras providências." Continuou aguardando Parecer da Comissão de Legislação e Justiça. (06) O vereador Eduardo Luiz Marani pediu vista ao Projeto de Resolução nº 196 (Autoria dos vereadores Hélio Haddad e Luiz Augusto de Paula Lima) - que "Modifica o Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras" Projeto aguardando Parecer de Comissão Especial: (01) Projeto de Resolução nº 196 (Autoria do vereador Edson Alves de Abreu) - "Concede Título de Cidadão Honorário de Lavras ao Pe. Carlos Martinenghi". Projetos Sustados pela Mesa Diretora: (01) Projeto de Lei nº 196 (Autoria do vereador Marcos Possato) - "Autoriza a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos policiais civis e militares, em serviço, e dá outras providências" - Sustado pelo autor, digo, a pedido do autor. (02) Projeto de Lei nº 196 (Autoria do vereador Marcos Possato) - "Regulamenta o Art. 182 da Lei Orgânica do Município, que institui no Ensino de 1º grau das Escolas Públicas do Município de Lavras a matéria "Noções das Normas de Trânsito" - Continuou sustado até que a Comissão Especial nomeada pelo Presidente se reunisse com a Comissão do 8º Batalhão da PM e desse um Parecer. Em tempo, o Projeto de Lei nº 015/96 (Autoria da Chefe do Executivo) que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóvel que menciona à Empresa MERCOMOLAS Indústria de Molas Ltda, e dá outras providências", também continuou aguardando Parecer de Comissão Especial. Em seguida, o Presidente disse que a Câmara Municipal de Lavras tinha o

honra e o prazer de receber a equipe de profissionais técnicos de Belo Horizonte, que estavam trabalhando na elaboração do Plano Diretor de Lavras. O Presidente convidou todos eles para fazerem parte da Mesa dos trabalhos. Com a palavra, o Sr. Marco Aurélio se apresentou e disse que era Presidente do PROCITAR - Instituto de Estudos Pró-Cidadania - e que respondendo à um convite formulado à Comissão mista de acompanhamento do Plano Diretor, tinha ido ali apresentar a metodologia do Trabalho e esclarecer dúvidas técnicas em realização, digo, em relação à realização do trabalho. Disse que como não era de Lavras, não sabia de toda a história, então contaria a parte da história que eles conheciam. Disse que no final de 94, ele e a Sra. Jane de Souza Silva, geógrafa, e que na época fazia parte do quadro da Fundação João Pinheiro e coordenava um Projeto para o DER, que era montagem de estudos básicos para elaboração de Planos Diretores na Região de impacto da Fernão Dias, estiveram em Lavras com uma equipe interdisciplinar, para fazer uma reunião com oito municípios, e foram feitos uma série de levantamentos naqueles municípios para o DER, que era o órgão contratante. Disse que o trabalho para o DER foi motivado por uma exigência do Banco Mundial que era o agente Financeiro da duplicação da Fernão Dias, que exigiu do Governo do Estado que aparasse os Municípios Mineiros na elaboração de Planos Diretores. Disse que no ano corrente, no final de fevereiro, eles foram procurados pela Prefeitura de Lavras, que solicitou que eles fizessem uma proposta para elaboração do Plano Diretor de Lavras

que já tinha sido feito antes, através da Fundação João Pinheiro. Disse que não sabia, digo, que o que sabia é que eles receberam aquela demanda da Prefeitura e que outras instituições também receberam, inclusive a própria Fundação João Pinheiro havia recebido uma solicitação; e o Ime, que fez o Plano Diretor da cidade de Três Corações. Disse que a Prefeitura havia avaliado as três propostas, em ambos os casos, eram instituições não lucrativas e a Prefeitura não precisaria nem ter colocado as três e feito uma espécie de consulta, pois pela Lei 8666, art. 24, elas estavam dispensadas de Processo Licitatório. Disse que a partir do dia 19/03/96, o Instituto havia começado a organizar o trabalho do Plano Diretor de Lavras e que ele pretendia expôr, do ponto de vista técnico, o que estava norteando o trabalho, e depois, disse que os vereadores teriam total liberdade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas. Deixou bem claro que estava ali representando a Prefeitura e uma Organização não governamental, que estava prestando um serviço para a Prefeitura. Disse que eles não pretendiam se posicionar politicamente. O Sr. Marco Aurélio disse que aquelas transparências que ele estava projetando na reunião, haviam sido apresentadas pela primeira vez em uma Conferência no Hotel Vitória, que havia sido realizada pelo Instituto, nos dias 30 e 31 de março do ano em curso, e que a Câmara havia sido convidada pela Secretaria de Planejamento, e não sabia porquê, mas não compareceu nenhum representante da Casa Legislativa. Disse que na reunião havia sido definido que haveria uma Comissão mista de acompanhamento do Plano Diretor e que o Presidente da Câm

ra tinha sido convidado para a próxima reunião que seria no dia 28/05, na Prefeitura Municipal, às 14 horas. Disse que o vereador Luiz Augusto de Paula Lima era o representante da Câmara e que ele também iria comparecer à reunião. O Sr. Marco Aurélio disse que antes de falar sobre as transparências do trabalho, gostaria de falar sobre a equipe técnica interdisciplinar, que era constituída por pessoas de formação bem variada e que ele como Presidente do Instituto, fazia a supervisão do trabalho. Disse que era economista e Mestre em Planejamento urbano e regional. A coordenadora do trabalho era a Jane de Souza e Silva, geógrafa, com mestrado em gestão urbana, em Paris. Disse que a equipe tinha também os urbanistas Márcia Melo Silva Dantas e Lucas Veloso de Menezes, Tomaz Alexandre que cuidava da parte de transportes/sistema viário, João Batista que cuidava da parte da demografia e economia. Maria Maria, da parte de Patrimônios históricos e Cultura e Elizabeth Veloso, geógrafa, que cuidava da parte do meio ambiente. Disse que tinham um prazo de cinco meses para concluir o trabalho e que o Planejamento urbano tinha que ser concebido, antes de tudo, como um processo. Disse que era um pacote que eles iam entregar para o município e que o município iria ter que engolir a qualquer preço, e não significava que a área de planejamento urbano estaria pronta, era uma contribuição dentro de um processo maior. Disse que era dinâmico e não estava baseado em definições rígidas, mas sofriam influências contínuas do contexto sócio-histórico. Era interativo, pois tinha que ser levado em conta o jogo de interesses constituídos. Dis

se que, num diagnóstico inicial de Lavras, foi levado em conta os seguintes aspectos: ① os esforços iniciais da Administração Pública; ② Perspectivas atuais de crescimento, impulsionando, digo, impulsionadas pela estabilização monetária e por impactos da descentralização industrial no eixo São Paulo-Belo Horizonte; ③ do ponto de vista natural, o traçado urbano da cidade que era um gargalo para o sistema viário e a formação urmofológica. Disse que partiriam daquele quadro inicial e traçariam alguns objetivos a serem perseguidos pelo trabalho, que eram: ① O apontamento de diretrizes de ordenamento físico territorial para a cidade de Lavras; ② Porque e quanto crescer, colocando três aspectos: diretrizes de planejamento urbano, marco zoneamento do sistema viário. Disse que a Lei de Uso e Ocupação do Solo se preocupou em tornar legal as tendências da cidade, mas não de estar baseando numa coisa anterior, que era a definição de diretrizes de Planejamento Urbano, e que os esforços de estar revisando a legislação política básica não estava ainda muito bem fundamentada numa cultura do planejamento e não só a legislação era permissiva, como não estava baseada em nenhuma diretriz de Planejamento. Disse que o trabalho técnico deles, naquele momento, era fornecer subsídios para que, principalmente a próxima administração, a partir daquelas diretrizes de Planejamento urbano do Plano Diretor, fizesse a revisão da Política básica. O Sr. Marco Aurélio falou dos aspectos facilitadores do trabalho, que eram: ① o envolvimento e interesse da Secretaria de Obras da Prefeitura, e sua formação técnica; ② a presença da Sra. Rosa Maria, arquiteta-urbanista,

que coordenava o trabalho pela Prefeitura; ③ existência de um ambiente técnico-cultural favorável na cidade; ④ momento histórico de mudança, propício para definição de diretrizes. O Sr. Marco Aurélio disse que Lavras estava num momento histórico absolutamente crucial. Falou também dos aspectos dificultadores: ① Calendário político-eleitoral. Era um ano complicado de se fazer qualquer tipo de projeto que mechesse na estrutura da cidade, em função das eleições municipais; ② Cronograma intensivo de atividades - cronograma curto e que eles tinham que cumprir, por força de contrato; ③ Cultura de Planejamento incipiente na Comunidade e na Administração. Disse que apesar de Lavras ter um acervo de pessoas muito bem qualificadas, não se podia dizer que existia uma cultura de planejamento na cidade e na Administração Pública; ④ Limitações eventuais decorrentes da atual base cartográfica e das características do cadastro técnico Municipal. Disse que, em vista de tudo aquilo, a estrutura da instituição era fazer um trabalho conjunto, orientado pelo levantamento de informações urbanísticas básicas, com o envolvimento das instituições presentes no município. O Sr. Marco Aurélio disse que terminado aquele trabalho, iria ser previsto no Plano Diretor um prazo para que a Câmara Municipal, com o apoio da nova administração, fizesse uma revisão da Legislação política básica, lei de perímetro urbano, de uso e ocupação do solo, e Código de Obra e de Postura, e também uma revisão da função de planejamento da estrutura da Administração Municipal com fortalecimento da equipe de planejamento. Disse que atualmente eles estavam no meio do segundo mês de trabalho e alguns estagiários já

estavam em campo fazendo um levantamento do uso do solo em toda extensão da área urbana da cidade, e até o final do mês de junho aquele trabalho estaria concluído e seria colocado no mapa que seria usado como referência. O Sr. Marco Aurélio se colocou à disposição dos vereadores para esclarecimentos técnicos que se fizessem necessários. O vereador Eduardo Luiz Marani disse que a Mesa deixaria aberta a palavra para que os vereadores fizessem seus pronunciamentos e perguntas. Com a palavra, o vereador Ênnio Mendes de Siqueira perguntou qual era o valor do serviço da empresa. O Sr. Marco Aurélio respondeu-lhe que o orçamento foi de R$ 49.000,00 e que tinha sido inferior aos outros dois que haviam sido apresentados. O vereador Ênnio Mendes de Siqueira disse que uma firma de Belo Horizonte havia oferecido o trabalho para a Prefeitura e não tinha nem sido convidada. O Sr. Marco Aurélio explicou-lhe que não era um Processo de Licitação e que a Prefeitura tinha uma certa liberdade de contatar instituições que pudessem participar do processo dentro do que dispunha a Lei 6666. Disse que não era da cidade e não sabia se havia alguma política por trás, que eles tinham sido convidados como instituição e que naquelas questões administrativas, ele achava melhor que a Prefeitura desse as respostas. O vereador Ênnio Mendes de Siqueira perguntou se tinha sido carta-convite, e o Sr. Marco Aurélio respondeu-lhe novamente, que não havia sido Processo de Licitação. O vereador Ênnio Mendes de Siqueira perguntou-lhe quem havia feito o outro Planejamento, o outro Plano Diretor, em 1972. O Sr. Marco Aurélio disse que não tinha tido acesso àquele

disse que havia participado, na gestão do Padinho, e que ele não foi executado e desapareceu. O vereador Ennio Joendes de Siqueira perguntou quando havia desaparecido. A Sra. Rosa Maria respondeu-lhe que depois do Padinho, um ano depois, ele havia desaparecido. O vereador Ênnio Joendes de Siqueira disse que a Secretaria de Planejamento da Prefeitura não funcionava, que amanhecia o dia e eles não sabiam o que iam fazer. Disse que era bom ter o Plano para ver se morabilizava. Com a palavra, o vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que estava tendo um debate na Casa sobre o Código de Obras, que seria modificado, e o Solair achava que, naquela fase de transição, era totalmente inviável a execução de um Plano Diretor. O Sr. Marco Aurélio disse-lhe que a decisão de fazer o Plano Diretor havia partido da Prefeitura e que aquela discussão deveria ser com a Prefeitura, e pelo que ele sabia, o agente financeiro do SOMMA vinha pressionando a Prefeitura, inclusive com a visita de técnicos do Banco Mundial, para que ela iniciasse uma das contrapartidas exigidas no Projeto, que fosse executado o Plano Diretor e que, informalmente podia dizer que a Secretaria de Obras também estava interessada no Plano Diretor. Disse que o trabalho que eles estavam fazendo não iria limitar a ação do Executivo e nem do Legislativo, pois era um trabalho técnico e não de decisões. O vereador Antônio Marcos Possato perguntou se eles iriam elaborar um novo Código de Obras. O Sr. Marco Aurélio respondeu-lhe que o trabalho era de diretrizes de Planejamento Urbano e que a preocupação deles era que a Câmara avaliasse e desse

prosseguimento. O vereador Lafayette Andrada perguntou se o Plano Diretor tratava da mesma coisa que a Lei de Parcelamento e Loteamento. O Sr. Marco Aurélio respondeu-lhe que não tratava necessariamente daquela matéria, que a Lei de Uso e Ocupação do Solo detalhava o que no Plano Diretor estava apontado como diretriz. O vereador Lafayette Andrada perguntou ao Sr. Marco Aurélio qual tinha sido o retrato que eles tiveram de Barras. O Sr. Marco Aurélio disse-lhe que uma coisa que ele gostaria de chamar a atenção era com relação à atual legislação que já havia sido revisada pela Prefeitura, e que eles verificaram que ela era muito permissiva e se tudo que estava ali, fosse permitido, iria ficar impossível, não iria dar para circular, não tinha uma diretriz de Planejamento. O vereador Lafayette Andrada passou às mãos do Sr. Marco Aurélio o ante-projeto que estava sendo elaborado, do Uso e Ocupação do Solo. O vereador Hélio Haddad disse que gostaria de deixar uma sugestão, para que o Assessor Técnico da Comissão participasse das reuniões, para que os dois trabalhos paralelos, no final não entrassem em choque. O Sr. Marco Aurélio disse-lhe que para eles não havia nenhum problema. O vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que havia gostado da explanação e que queria uma situação legal, se eles iriam basear no que ia acontecer ou o Executivo iria mostrar o que deveria ser feito. O Sr. Marco Aurélio explicou que a Lei de Uso e Ocupação do Solo legislava sobre o uso e a ocupação do solo e o Plano Diretor iria dizer: a mancha urbana que era a área ocupada, estava crescendo em tal direção e do ponto de vista técnico, seria necessário estimular o cresci-

mento em tal direção. Disse que eram trabalhos diferentes e complementares. O Sr. Marco Aurélio exemplificou, dizendo que a Economia de Lavras era tradicionalmente agrícola e até aquele dia, boa parte do comércio vinha do setor agrícola. Perguntou se havia interesse em transformar Lavras num Polo Industrial, manter a referência agrícola, articular a agro-indústria. Disse que eram perguntas que o Plano Diretor iria fazer e as pessoas teriam que estar preparadas para responder. Disse que haveria reuniões com representantes de Firmas, com a ACIL, Cooperativa, e todos os interessados. O Presidente agradeceu a presença do Sr. Marco Aurélio e toda a sua equipe, e deixou a Câmara à disposição sempre que se fizesse necessário. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem oficiados às autoridades competentes: @ do vereador Ênnio Mendes de Siqueira, solicitando melhorias para todos os funcionários, sem exceções; a M.M. Sra. Olívia Maria B. A. Soares, responsável pelo método Kumon em Lavras, parabenizando pelo seu brilhante trabalho; ao jovem João Paulo Campos Romualdo, parabenizando pela participação na 1ª EXP-EDUCAÇÃO na cidade de Divinópolis, quando conquistou medalha de ouro, extensivo aos seus pais; à direção do CEVEST parabenizando pelo grande número de alunos matriculados, relatando que um antigo motorista da Prefeitura lamenta estar trabalhando cerca de doze horas diárias e o que é pior: o número de saídas geralmente é sem necessidade; lamentando que o Laboratório de Análises Clínicas existente no Centro de Saúde Cap. Francisco Ribeiro de Carvalho, está para fechar devido a falta de funcionários; lamentando que uma criança de seis meses precisasse fazer

uma cirurgia, os pais são assalariados e o cirurgião pe-
diu nada menos que R$ 1.200,00; pedindo que provide-
cie para todas as obras a data de início e término delas,
solicitando maior apoio aos empreendimentos relacio-
dos à construção de passeios e abrigo para passagei-
ros, à exemplo da direção do CNEC que mandou fazer
por conta própria o que era de inteira responsabilidade
do poder público; solicitando asfaltamento da Rua
Raimundo Marques e de todas da Zona Norte, bem
como troca de iluminação do Bairro Jardim Glória,
onde se encontra instalado o educandário; pedindo que
envie cópia do requerimento à direção do CNEC; soli-
citando maior e melhor apoio ao cidadão lavrense, prin-
cipalmente os mais humildes. (b) do vereador Marcos
Rossato, solicitando a nomeação, com urgência, dos
candidatos aprovados no último concurso público para
o cargo de auxiliar de enfermagem; solicitando que
seja instalada uma agência bancária na Zona Norte.
ao Governador Eduardo Brandão Azeredo cumprimentando-
lhe pela conquista da vinda de uma montadora da
Mercedes Benz para Minas Gerais; solicitando que seja
feita uma vistoria para que as devidas providências se-
jam tomadas na casa de nº 94 da Av. Antônio Virgílio,
que está na iminência de desabar; enviando abaixo-
assinado contendo a reivindicação dos moradores da Sub-
Estação e do Pátio Fechado, ao Sr. João Batista Correa,
cumprimentando-lhe pela sensacional vitória de 2x1 do
Uberlândia sobre o Atlético; solicitando que ao ser im-
plantada a telefonia celular em nossa cidade, sejam
incluídas para o recebimento da melhoria as comunida-
des rurais Cajuru do Cervo, Pimentas, Serrinha, Maranhão,
Ponte do Funil, Cachoeirinha, Tabuões e Paiol. à Direto-

ria, professores, funcionários e alunos da E.E. Firmino Costa cumprimentando-lhes pelos 90 anos da escola; ⓒ do vereador João Caetano Neto, solicitando a conclusão do asfaltamento da rua Vicente Carestri; ⓓ do vereador Evandro Castanheira Lacerda, solicitando o patrolamento da estrada próxima ao Córrego do Cebola e das estradas adjacentes, na comunidade da Cachoeirinha; ao Sr. Itelton Ribeiro, cumprimentando-lhe pela merecida escolha de seu nome para o cargo de Secretário Municipal da Saúde (subscrito pelos vereadores Marcos Possato, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Hélio Haddad, Sebastião dos Santos Vieira e Eduardo Luis Marani); ao Sr. Luciano Fernandes de Melo, cumprimentando-lhe pelo 1º aniversário de funcionamento da Academia "Vida Ativa" (subscrito pelos vereadores Marcos Possato e Sebastião dos Santos Vieira); à direção da Rádio Cultura de Lavras, cumprimentando-lhes pelo trabalho que vêm realizando em nossa comunidade e região, promovendo de maneira séria e responsável a cobertura de importantes eventos, como, mais recentemente, da realização da 51ª EXPOLAVRAS.

Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus, foi encerrada a reunião.

Lacerda.

Em tempo, o Projeto das Bicicletas não foi executado ainda, por motivos técnicos.

Ata da Terceira Reunião Ordinária do Quinto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Barras, da Sessão Legislativa de hum mil novecentos e noventa e seis. Aos vinte dias do mês de maio do ano em curso, reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad", os vereadores: Evandro Castanheira Caceda - Presidente; Eduardo Luís Marami - Vice-Presidente; Lafayette Luiz Doorgal de Andrada - 1º Secretário; Álvaro Eustáquio Pedrosa - 2º Secretário; Nilson Teodoro de Carvalho - Tesoureiro, Edson Alves de Abreu, Ennio Mendes de Siqueira, Daniel Costa, Luiz Augusto de Paula Lima, Sebastião dos Santos Pieira, Antonio Marcos Possato, Sebastião Carlos Torres e João Caetano Neto. Aberta a Sessão, a ata anterior foi lida e aprovada. Passando à próxima parte dos trabalhos, o Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: do Sr. Paulo Menicucci e filhos, fazendo agradecimentos; extrato da cota-parte do ICMS relativo à março de 1996, do Secretário Geral do Governador; Ofício nº 279/96 a 289/96, da Prefeita, fazendo informações; Ofício nº 036 a 038/96 do Secretário Municipal da Saúde, fazendo informações; Ofício nº 267 da Prefeita, fazendo Informação, e 021/96 enviando balancete